

Lucio Flavio Pinto

## Futuro mineral (1)

**E**m 1977, a produção mineral do Pará representava apenas 0,5% do valor da produção brasileira. No ano passado, esta participação chegou a 15%. Até o final da década, com o reforço da exploração de ouro e o início da fase operacional de vários projetos no momento em implantação, o Pará estará à frente de Minas Gerais como o principal centro de produção mineral do país.

Mesmo nesse momento, porém, não haverá muitos motivos para comemorações. Em primeiro lugar pelo critério do valor da produção, o Pará, em 1990, no entanto, estará arrecadando apenas 40% do Imposto Único sobre Minerais que coube a Minas Gerais em 1982. Mesmo quando, no ano passado, já estava com 15% da produção mineral, o IUM do Pará não ia além de 2% da receita desse tributo em todo o país.

Este é apenas um exemplo do descompasso, que deverá continuar se acentuando, entre o crescimento do valor bruto da produção e os benefícios reais dele resultantes para o Estado. A posição de destaque que o Pará irá assumindo ao longo desta década deve-se à consolidação de sua função de região tipicamente exportadora de matérias-primas e alguns insumos básicos.

A aceitação desse papel neo-colonialista não custa pouco. Em quase 30 anos de exploração, o manganês do Amapá perdeu valor, tanto em termos reais quanto nominais: continua estacionado em 45 dólares a tonelada. O primeiro embarque da bauxita do Trombetas, em 1979, saiu por US\$ 26,9 a tonelada. O preço do final do ano passado era de US\$ 28,36. Não cobrindo a inflação do período, caiu em termos reais.

Não apenas perdemos preço, como deixamos de dar o melhor aproveitamento aos nossos minérios, que são produtos não renováveis. A Mineração Rio do Norte, por exemplo, venderá neste ano quatro milhões de toneladas de bauxita. Deverá faturar, no máximo, 120 milhões de dólares. Se vendesse alumina, a receita chegaria a 400 milhões. E se a produção fosse de alumínio, receberia mais de um bilhão de dólares (guardada a proporção de uma tonelada de metal para 4,8 toneladas de minério).

Para usar uma linguagem da Sudam de anos atrás, a Amazônia não está beneficiando-se de suas vantagens comparativas. Bauxita, é claro, tem muito no planeta, mas o acesso está condicionado algumas variáveis geopolíticas bastante nervosas (as jazidas estão no Terceiro Mundo). Mesmo sem considerá-las, no entanto, é impossível ignorar que energia não tem a mesma abundância, nem o mesmo custo. A Amazônia desfruta, sem usufruir, da combinação dos dois fatores.

**O**s defensores de uma implantação gradual argumentam em favor da necessidade de aceitar esses esquemas comerciais pouco

vantajosos a fim de conquistar mercados. Sem a parceria das multinacionais (que só entram na associação impondo cláusulas leoninas), não se abriria vendas. Por causa desse raciocínio sem criatividade e dessa posição submissa, o Brasil vai-se atrasando e perdendo nas relações de troca. Quando sobe um degrau da divisão internacional, os que estavam mais em cima superaram vários degraus. A alegria pela façanha da ascensão impede que se olhe para cima.

O arranjo conjuntural para atrair sócios poderosos enrije-se e transforma-se em normas de subordinação. O país perde, assim, a capacidade de decidir autonomamente sobre a utilização de suas riquezas. Foi o que ocorreu claramente no setor de bauxita, alumina e alumínio. O Brasil tinha condições para furar o cartel das seis irmãs. Mas cedeu a elas 40% das jazidas e o domínio dos processos intermediário e final.

A Alumar (Alcoa/Shell), de São Luís, vai receber da Rio do Norte, instalada em Oriximiná, 11,2 milhões de toneladas de bauxita durante 10 anos, pagando 300 milhões de dólares. Preço médio de cada tonelada: US\$ 26,7. É preço fixo, pré-determinado. A Alumar devolverá então esse produto, já transformado em alumina, para a Alunorte, em Barcarena, a US\$ 200 a tonelada.

**N**ão há lógica geográfica (do ponto de vista dos interesses nacionais) para esse ziguezague. Para os paraenses, há ainda uma sensível perda econômica. Perderão 900 milhões de dólares nesse período, pela diferença do valor entre o minério e o semi-acabado. E perderam também em imposto. É uma perda menor do que a da Nação como um todo, que sofrerá nas suas relações de troca e na capacidade de estabelecer normas de produção e aproveitamento. Mas é uma perda apreciável, mesmo sob o pequeno ângulo tributário.

A bauxita é colocada nos porões dos navios que atracam em Porto Trombetas a US\$ 28/30 a tonelada. Mas o imposto não é calculado sobre esse valor: o que conta é o valor do minério na boca da mina, que sai a US\$ 2,04 a tonelada (ou 7,8% do valor FOB). É sobre esta base de cálculo que se aplica a alíquota de 4%. Assim, cada tonelada de bauxita que entra nos navios (44% da produção de 1983 foi para as Bermudas, 30% para os Países Baixos e 17% para a Noruega) deixa de imposto a ninharia de oito centésimos de dólar.

A insignificância é completa. Cada tonelada de bauxita representou 2% do custo de uma tonelada de metal de alumínio. O IUM do minério, assim, compõe 0,0006% de um lingote. Como são necessárias 4,8 toneladas de bauxita para cada tonelada de alumínio, é só multiplicar por esse valor.

Multiplicação que não serve de consolo.